



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

046998/2024

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: e154d8cf-3150-455a-a530-08d6770e1159

AUTUADO EM	Segunda-feira, 23 de Dezembro de 2024
LOCAL DA AUTUAÇÃO	INFRAESTRUTURA - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	ROSEANE CALDEIRA ROSA
INTERESSADO (S)	
HELCIO KRONBERG	

RESUMO

*IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.157/2024
- LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL: HELCIO KRONBERG - CPF:
085.187.848-24 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9.517/2024*

DATA:23/12/2024





Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2024.

Ao

Município de Nova Friburgo/RJ

A/C

Ilmo. Pregoeiro

Ref.: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.157/2024

HELICIO KRONBERG, leiloeiro público oficial devidamente matriculado perante a JUCERJA sob o nº 299, inscrito no CPF 085.187.848-24, com escritório estabelecido à Rua da Passagem nº 78, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, CEP: 22290-030, e-mail hirlene@kronbergleiloes.com.br, vem apresentar **IMPUGNAÇÃO**, ao edital em epígrafe, , com base nas razões de fato e direito a seguir expostas:

1. PRELIMINARES

Inicialmente, é de fundamental relevância aludir que princípio da motivação surge como mais um instrumento de garantia da Administração e dos administrados quanto ao atendimento do interesse público, revestindo-se, de certo modo, em uma forma de publicidade da vontade da Administração estampada nos seus atos.



Nesse sentido, é válida a menção ao disposto no art. 50 da Lei nº 9.784/99, o qual estabelece que a razão e os fundamentos de qualquer decisão administrativa que implique restrições a direitos dos cidadãos devem obrigatoriamente ser explicitados.

Deste modo, em observância ao Princípio Constitucional de petição concebido pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inc. LV, devem ser conhecidas as premissas aqui arguidas, e em hipótese de não provimento, que tenha o devido retorno originado pelo embasamento jurídico pertinente a tanto.

2. TEMPESTIVIDADE.

Conforme previsão legal acerca de procedimentos licitatórios, o prazo para impugnação consiste em (03) três dias úteis antes da data da abertura do certame. Considerando-se que o referido pregão tem sessão de abertura marcada para o dia 09/01/2025, a presente impugnação é interposta dentro do prazo hábil, sendo, portanto, tempestiva.

3. DAS RAZÕES DE RECURSO.

3.1. CRITÉRIO DE DESEMPATE – INAPLICABILIDADE

O Município de Nova Friburgo lançou edital de Pregão eletrônico que tem por objetivo a Contratação de Leiloeiro Oficial, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, para atuar na condução de leilões públicos de bens do ao patrimônio do município.

Ocorre que, no caso em análise, salienta-se que para que objetivo do Pregão seja alcançado, imperioso que a sistemática adotada pelo edital, não infrinja a legislação em vigor, nem mesmo contenha nenhum tipo de afronta a Lei de Licitação, e qualquer tipo de direcionamento capaz de ferir os princípios da **impessoalidade, da moralidade, da igualdade e da isonomia** entre os participantes.



Feitas estas considerações, insurge-se este Leiloeiro Público, ora impugnante, contra o disposto no edital, que utilizou como critério de desempate conforme item 9.17 alínea "b", conforme transcreve-se:

b) o critério de desempate previsto na Lei 14.133/2021, art. 60, § 1º, inciso I (preferência para empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro); **(Para fins de desempate serão considerados pelo sistema apenas o endereço principal cadastrado no SICAF),**

Tal critério se mostra ilegal à medida que vai de encontro ao que prevê o art. 9º da Lei nº 14.133/2021, alínea "b", vejamos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato. (grifo nosso)

E ainda que o critério apontado ter previsão na Nova Lei de Licitações, sua adoção se mostra inaplicável para a contratação de leiloeiros oficiais, à medida que fere os princípios constitucionais da isonomia e o caráter competitivo do certame, uma vez que a profissão de leiloeiro tem regulamentação específica, baseada no Decreto Federal nº 21.981/32 e Instrução Normativa DREI nº 52/2022.

Inicialmente, é mister esclarecer que a Lei estabelece que o leiloeiro exerce sua função enquanto pessoa física, podendo opcionalmente e somente se registrar como empresário individual, vejamos:

INDREI nº 52/2022



Art. 57. É pessoal o exercício das funções de leiloeiro em pregões e hastas públicas, não podendo exercê-las por intermédio de pessoa jurídica e nem delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto, cabendo ao leiloeiro comunicar o fato à Junta Comercial.

Art. 58. É facultado ao leiloeiro registrar-se como empresário individual, em uma das Juntas Comerciais onde estiver matriculado, com possibilidade de abertura de filiais nas demais em que estiver matriculado.

Decreto Federal nº 21.981/32

Art. 1º A profissão de leiloeiro será exercida mediante matrícula concedida pelas juntas Comerciais, do Distrito Federal, dos Estados e Território do Acre, de acordo com as disposições deste regulamento.

Ainda de acordo com a Instrução Normativa nº 52/2022, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, órgão responsável pela normatização da atividade de leiloaria, o profissional pode se matricular em mais de uma unidade da federação:

Art. 46. A profissão de leiloeiro será exercida mediante matrícula concedida pela Junta Comercial.

§ 1º O leiloeiro poderá matricular-se em outras unidades da federação.

Art. 56. O leiloeiro poderá exercer suas funções em uma ou mais unidades da federação em que se encontrar matriculado.

Parágrafo único. O leiloeiro deverá utilizar a matrícula válida naquela circunscrição. (grifo nosso)

O critério de desempate no artigo 60, §1º, inciso I, tem o intuito de priorizar as empresas que utilizem componentes nacionais e locais, com a intenção de fomentar a economia local quando este constituir uma vantagem para administração e para o local base do certame. No entanto, o Leiloeiro Oficial não produz bens, nem presta serviços manufaturados que possam ser enquadrados em uma política de conteúdo local ou regional. Sua função é mediadora, de organizar e conduzir leilões, o que não pode ser enquadrado em um conceito de desenvolvimento de mercado local ou regional.



No exercício de suas funções como Leiloeiro Oficial, este deve atuar de forma imparcial e independente de uma localidade específica, o que seria incompatível conceder a ele qualquer preferência baseada em sua localização geográfica. A atividade de leiloaria não se enquadra em uma atividade empresarial tradicional que possa ser beneficiada por esses critérios, como ocorre com empresas de bens e serviços.

Noutro norte, ainda que a administração optasse por considerar o domicílio do licitante, é importante salientar que, conforme definição do Código Civil, o domicílio pode ser o local onde a pessoa estabelece sua residência definitiva, ou local onde a pessoa exerce suas atividades profissionais, e ainda define que uma pessoa pode ter vários domicílios. Portanto, resta cristalino que todos os licitantes que estejam regularmente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, podem exercer suas atividades em qualquer município ou órgão do estado e ao exercerem suas atividades profissionais por força de lei, constituem domicílio no local, Vejamos:

Lei nº 10.406/2002

Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

Art. 71. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

Art. 72. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

Parágrafo único. Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

Dessa maneira, com a matrícula na JUCERJA, torna-se domiciliado e localizado enquanto prestador de serviço de leiloaria no Estado do Rio de Janeiro, uma vez que o objeto do pregão é a Contratação de Leiloeiro Público Oficial, e que só podem exercer a atividade no estado aqueles que possuem matrícula válida na respectiva junta.

Necessário, ainda apontar que o SICAF, adotado como referência para determinar a localização/domicílio do licitante no edital ora combatido, tem como base as informações nível I contidas no cadastro através dos dados fornecidos pelo **Gov.com**, sem possibilidade



de se cadastrar mais de um endereço ou alterá-lo sem que se altere todas as informações do gov.br.

O Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF é o Sistema que permite que fornecedores de todo o Brasil e mundo possam se cadastrar e ter acesso a Compras realizadas pelos órgãos públicos. Para participação em licitações públicas é necessário o cadastro no SICAF.

Utilizar como parâmetro para desempate aqueles que tem domicílio e cadastro no SICAF previamente no Município de Nova Friburgo, é restringir a competitividade, criando uma reserva de mercado e possivelmente constituindo direcionamento do certame, uma vez que contraria os princípios basilares do direito administrativo, aos quais a administração pública está rigidamente adstrita.

A Administração pública encontra-se estritamente adstrita aos preceitos fundamentais delineados pelo Art. 37 da Constituição Federal de 1988, assim como aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Portanto, frustrar o caráter competitivo pela suposta localização do licitante configuraria um ato arbitrário e completamente desproporcional, conforme já devidamente afastado, como acima evidenciado.

Nesse contexto, Marçal Justen Filho, na 10ª edição de sua renomada obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", também discorre sobre o princípio da universalidade de participação em licitações:

"Não se pode extrair daí que a supressão de limitações explícitas produziu ausência de limites à discricionariedade administrativa. [...] o intérprete/aplicador tem de considerar que o processo de produção normativa, disciplinado pela Constituição, orienta-se pelo princípio da restrição mínima possível. A Constituição não defere ao administrador a faculdade de, ao discriminar as condições de habilitação, optar pela maior segurança possível. Como já se afirmou acima, a Constituição determina que o mínimo de segurança configura o máximo de restrição possível. [...]. O excesso infringe a sistemática constitucional acerca da universalidade de participação em licitações."



Necessário destacar que não só é possível, como é um **dever** da Administração Pública, garantir condições de **igualdade entre os participantes**. Tal previsão decorre do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: ...

Por fim, importante destacar que o certame para Contratação de Leiloeiros pelo Município de Nova Friburgo já foi instaurado anteriormente através do Pregão Presencial nº 90.126/2024, onde este foi anulado por conta de Recurso administrativo de licitante que foi excluído do sorteio devida da aplicação do mesmo artigo como critério de preferência para desempate.

Tal processo foi anulado por despacho da Autoridade Superiora, com recomendação de instauração de novo processo, de acordo com o parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município de Nova Friburgo.

Cumprimentando muito cordialmente essa Especializada Unidade Administrativa, vinculada SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, na condução do trâmite processual dos feitos supra epigrafados, através dos atos dessa laboriosa COMISSÃO DE PREGÃO II, VENHO informar a V.S.^a que após a devida CIÊNCIA das manifestações jurídicas postas pela DOUTA E CULTA PROCURADORIA GERAL DA PMNF, no que compete ao conteúdo dos seus respeitáveis PARECERES (TODOS CONSTANTES dos PROCESSOS ACIMA CITADOS), manifesto-me em concordância com os mesmos, tomando tais manifestações como espeque legal e fundamento da minha RAZÃO de decidir no curso dos presentes autos processuais, OPINANDO pelo CANCELAMENTO DO FEITO sub análise (PROCESSO ADMINISTRATIVO PMNF de N.º 9517/2024), em âmbito interno desta Municipalidade, em seus atos até a presente manifestação, autorizando que com base nas informações e estudos já realizados pela UNIDADE REQUISITANTE, a Gerência de Patrimônio desta Secretaria Municipal de Finanças proceda à Instauração dos atos administrativos necessários à produção de um novo CERTAME LICITATÓRIO, em conformidade com as orientações da Consultoria Jurídica posta pela PGM,

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Avenida Alberto Braune, 225 – Centro – Nova Friburgo – RJ - CEP 28613-001

Convém frisar que o parecer da Procuradoria, que teve a concordância da autoridade superiora, diverge dos critérios adotados novamente na presente licitação, que manteve a aplicação do art. 60, 1º, inciso I da Lei 14.133/2022, conforme abaixo:



III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, é possível concluir que:

- a) pode-se extrair da norma que, independentemente do local da sede, os leiloeiros podem praticar suas atividades em outras localidades, desde que tenham matrículas regulares nas Juntas Comerciais das unidades da Federação que desejam participar dos certames licitatórios;
- b) desde que o leiloeiro possua matrícula regular junto à Junta Comercial no Estado do Rio de Janeiro, pode-se considerar que o requisito do art. 60, § 1º, inciso I da Lei 14.133/2021 foi preenchido, eis que é a entidade responsável por autorizar o exercício da atividade de leiloeiro no Estado do Rio de Janeiro;
- c) entende a doutrina que o critério de preferência nas contratações administrativas em decorrência de domicílio ou local de desempenho da atividade desencadearia inconstitucionalidade, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 garantiu a todos os brasileiros o direito à igualdade;
- d) diante do exposto, entende esta assessoria pela procedência do presente recurso, devendo ser realizado um novo sorteio para desempate, com a inclusão dos leiloeiros que tenham matrícula na JUCERJA.

gs://gpt18.cloud/ai.com.br/ServerExec/AccessoBase/7dPorta=00808DC8E8F2707B45F47C2AD10B38E2&dfunc=B5B41FA0361D157D8673ECB926AF5AE CH
7dc3dac1-797a-49d6-81ef-b3464ec391c5
Papel Timbrado Procuradoria Geral do Município Nº 000060/2024

Diante do exposto, não resta dúvida de que a adoção do art. 60, § 1º, inciso I da Lei 14.133/2021, constitui uma medida desarrazoada e desproporcional, visto que o critério adotado se revela impraticável neste caso, ao priorizar a forma em detrimento do resultado eficaz do certame em questão.



2. **DOS PEDIDOS**

Com base no exposto, requer-se:

a) O recebimento e conhecimento da presente impugnação vez que tempestivo e pertinente;

b) A reforma do edital a fim de excluir o item 9.17, alínea "b" por ser inaplicável para o objeto pretendido, considerando somente o sorteio como critério para desempate.

Nestes termos

Aguarda deferimento.

HELICIO KRONBERG
Leiloeiro Público Oficial





SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

À Procuradoria-Geral do Município

Processo Licitatório nº 9.517/2024, referente ao Edital do Pregão Presencial nº 90.157/2024, para **CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL**, de forma continuada, para atuar na preparação, organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de recuperação antieconômica, veículos, alienação de bens imóveis e material em geral da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Friburgo, de acordo com art. 31, §1º da Lei nº 14.133/2021, pelo período de 05 (cinco) anos.

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pelo sr. **HELICIO KRONBERG**, com fulcro no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 16 da IN-SEGES/ME nº 73/2022, **tempestivamente**, contra os termos do **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.157/2024**.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se o Impugnante contra o Edital em referência, ao alegar que *i.) o critério de desempate previsto na Lei 14.133/2021, art. 60, § 1º, inciso I, se mostra ilegal à medida que vai de encontro ao que prevê o art. 9º, inciso I, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021 e constitui uma medida desarrazoada e desproporcional e que ii.) utilizar como parâmetro para desempate aqueles que tem domicílio e cadastro no SICAF previamente no Município de Nova Friburgo, é restringir a competitividade.*

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

II. DA ANÁLISE PRÉVIA

Compulsando o teor da Impugnação, verifica-se a alegação de uma suposta antinomia, haja vista que o impugnante se insurge contra o texto legal do diploma que regulamenta as Licitações e Contratos Administrativos, notadamente quanto à norma que define os critérios de desempate estabelecidos pelo Artigo 60, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe (grifos nossos):

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

(...)

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

(...)

Alega o impugnante que o dispositivo legal acima colacionado contraria o disposto no Artigo 9º, inciso I, alínea *b*, da Lei nº 14.133/2021, o qual estabelece que:

Art. 9º. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
(...)

Imperioso destacar que os artigos não se contradizem, pois tratam de situações completamente distintas, eis que o artigo 9º está inserido no Capítulo IV da Lei, que versa sobre os agentes públicos, dentro do Título I, o qual traz as disposições preliminares.

Já o artigo 60 traz uma norma específica, a qual se sobrepõe, portanto, às disposições gerais, e está inserido no Capítulo V da Lei, o qual trata do julgamento, compreendido no Título II, que versa sobre as licitações.

Ademais, registra-se que os critérios de desempate foram incluídos no item 9.17 do Edital do certame em total conformidade à Lei nº 14.133/2021 e à parametrização configurada no Sistema Compras.gov.br, que é o portal de compras públicas disponibilizado e gerenciado pelo Governo Federal através da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES.

Faz-se necessário salientar que a aplicação dos critérios de desempate é realizada dentro da sessão do pregão eletrônico de forma automática e autônoma pelo Sistema, conforme parametrização instituída e configurada pelo Ministério da Economia, por meio da SEGES, que é o órgão federal gestor do Sistema.

Assim, o Município não exerce qualquer gestão ou autonomia sobre o Sistema e não há a possibilidade de alteração de nenhum dos parâmetros preestabelecidos e empregados de forma automática, os quais guardam obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Nada obstante, ressalta-se que o endereço utilizado pelos licitantes no Sistema do Compras.gov.br será aquele cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que é o sistema do Governo Federal que permite



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

que os fornecedores se cadastrem para participar de licitações públicas. Tal orientação fora firmada no parecer jurídico da PGM e visa ao atendimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O Edital em comento segue, portanto, exatamente os ditames da legislação específica vigente e a parametrização instituída pelo órgão federal gestor do Sistema Compras.gov.br, não havendo qualquer tipo de gestão por parte dos Municípios sobre os parâmetros instituídos e configurados pelo Governo Federal.

III. DA DILIGÊNCIA

Por todo o exposto, tendo em vista que as alegações são de cunho estritamente jurídico, encaminho o presente processo a esta Especializada, na forma que dispõe o artigo 16º, parágrafo §1º da IN-SEGES/ME nº 73/2022 e o subitem **21.11** do Edital do Pregão Eletrônico nº **90.157/2024**, para análise e parecer, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro ante a impugnação interposta.

Alertamos que a realização do Pregão em referência está agendada para o dia 09 de janeiro, razão pela qual solicitamos urgência na análise e manifestação quanto aos aspectos jurídicos e posterior retorno do presente processo para regular prosseguimento.

Nova Friburgo, 23 de dezembro de 2024.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula nº 206.870



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERA
DO MUNICÍPIO



Processo: 46.998/2024

Requerente: Helcio Kronberg

**Assunto: Impugnação - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.157 de 2024 - Processo
Licitação n. 9.517/2024**

À Ilma. Sra. Dra. Subprocuradora de Processos Administrativos,

I. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pelo requerente em 20 de dezembro de 2024 acerca do Edital do Pregão Eletrônico 90.157/2024 - Processo Licitação n. 9.517/2024, que tem por objeto a contratação de leiloeiro oficial, de forma continuada, para atuar na preparação, organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de recuperação antieconômica, veículos, alienação de bens imóveis e material em geral da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Friburgo, de acordo com art. 31, §1º da Lei nº 14.133/2021, pelo período de 05 (cinco) anos.

Em suma, o requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 02/10, a existência de irregularidades no certame, quais sejam: 1) o critério de desempate previsto na Lei 14.133/2021, art. 60, § 1º, inciso I, se mostra ilegal à medida que vai de encontro ao que prevê o art. 9º, inciso I, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021 e constitui uma medida desarrazoada e desproporcional e que 2) utilizar como parâmetro para desempate aqueles que tem domicílio e cadastro no SICAF previamente no Município de Nova Friburgo, é restringir a competitividade.

A Comissão de Pregão II, em manifestação de fls. 11/14, efetuou uma análise prévia da impugnação, momento em que destacam que o art. 9 está previsto nas disposições preliminares e o art. 60 traz uma norma específica, a qual se sobrepõe, portanto, às disposições gerais, e está inserido no Capítulo V da Lei.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A
D O M U N I C Í P I O



Ademais, foi apontado ainda que o endereço utilizado pelos licitantes no Sistema do Compras.gov.br será aquele cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERA
DO MUNICÍPIO



Fornecedores – SICAF, que é o sistema do Governo Federal que permite que os fornecedores se cadastrem para participar de licitações públicas

É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Pois bem, antes de adentrar no mérito da presente impugnação se faz necessário esclarecer que a Licitação anterior com o mesmo objeto foi anulada tendo em vista a interposição de recurso que teve por fundamento a afirmação do recorrido de que o edital previu o sorteio como critério de desempate, mas a Comissão de Licitação restringiu a disputa do sorteio apenas aos leiloeiros domiciliados no Estado do Rio de Janeiro, desconsiderando os demais concorrentes

Tendo em vista tal medida no Edital anterior, esta assessoria opinou pela procedência do recurso tendo em vista que foi feita a exclusão dos licitantes sem que fosse especificado no Edital que somente poderiam participar do sorteio os leiloeiros com o endereço no Estado do Rio de Janeiro, uma vez que, conforme art. 56 da Instrução Normativa n. 52/2022, os leiloeiros podem praticar suas atividades em outras localidades, desde que tenham matrículas regulares nas Juntas Comerciais das unidades da Federação que desejam participar dos certames licitatórios.

Tendo esta assessoria na análise do novo Edital apontamento para que fosse realizada a inclusão de previsão expressa e detalhada no critério de desempate a ser adotado, qual seja a inadmissibilidade de inscrições suplementares, mantendo-se apenas a inscrição principal ou o endereço cadastrado no sistema do leiloeiro participante.

Após tal orientação, foi modificada a redação do item 9.17 “b”, passando a constar que para fins de desempate serão considerados pelo sistema apenas o endereço principal cadastrado no SICAF, senão vejamos *ipsis litteris*:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



9.17 - Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, de forma automática e sucessivamente:

a) o critério de desempate previsto na Lei 14.133/2021, art. 60, inciso I (Disputa final entre os licitantes empatados);

b) o critério de desempate previsto na Lei 14.133/2021, art. 60, § 1º, inciso I (preferência para empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro); (Para fins de desempate serão considerados pelo sistema apenas o endereço principal cadastrado no SICAF).

II.I. Do critério de desempate previsto no art. 60, §1º, inciso I da Lei 14.133/2021

Com relação a aplicação do art. 60, § 1º, inciso I da Lei 14.133/2021, como anteriormente apresentado por esta assessoria nos autos do Processo 28.327/024, há na doutrina pátria entendimento de que critérios de desempate baseados em preferência decorrente de domicílio ou local de desempenho da atividade desencadearia inconstitucionalidade, conforme nos apresenta o doutrinador Marçal Justen Filho.

No entanto, não há até o momento notícias de que a inconstitucionalidade alegada pela doutrina será acatada e o dispositivo legal será revogado. Desta forma, até a sua revogação ele pode ser adotado, desde que devidamente detalhado e expresso no Edital.

Importante ressaltar que há no modelo disponibilizado pela Advocacia-Geral da União¹, no item 7.23.2.1 a previsão do critério de desempate por territorialidade, senão vejamos:

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERA
DO MUNICÍPIO



de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2.2. empresas brasileiras;

7.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Pois bem, levando em consideração que o modelo apresentado foi atualizado em novembro de 2024 conforme consta no site, o Governo Federal não se posicionou ainda a respeito da inconstitucionalidade apontada pela doutrina pátria, podendo o artigo ser utilizado quando a Administração Pública achar pertinente.

Quanto à alegação de que a aplicação do art. 60, § 1º, inciso I vai de encontro ao art. 9º, inciso I, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, assiste razão ao pregoeiro, tendo em vista que com relação ao critério de desempate deve ser aplicada a regulamentação prevista



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A
D O M U N I C Í P I O



especificamente na legislação em seu capítulo próprio.

II.II. Do parâmetro do desempate pelo cadastro no SICAF

Conforme apresentado pelo pregoeiro em sua manifestação, o endereço utilizado pelos licitantes no Sistema do Compras.gov.br será aquele cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que é o sistema do Governo Federal que permite que os fornecedores se cadastrem para participar de licitações públicas. Tal orientação foi firmada no parecer jurídico desta assessoria e visa ao atendimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Importante salientar que **não há no Edital a previsão de que somente é possível utilizar como parâmetro para desempate aqueles que têm domicílio e cadastro no SICAF previamente no Município de Nova Friburgo**, como afirma o impugnante às fls. 07, mas sim, conforme item 9.17, “b” do Edital, será dada preferência às empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro, sendo considerado para fins de desempate o endereço principal cadastrado no SICAF.

Sendo assim, tendo em vista que em sua qualificação foi apresentado que o endereço de seu escritório é Rua da Passagem n. 78, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, mesmo endereço que consta em seu Cadastro junto a JUCERJA, entende esta assessoria que não há por parte do impugnante interesse nos fatos impugnados. Tendo em vista que, conforme item 9.17 do Edital o critério de desempate levará em consideração empresas estabelecidas no **Território do Estado do Rio de Janeiro, levando em consideração apenas o endereço principal cadastrado no SICAF.**

No mais, com relação ao endereço utilizado no efetivo cadastramento de licitantes no SICAF a Comissão de Pregão possui maior expertise sobre tal assunto. Tendo a Comissão afirmado que o Município não exerce qualquer gestão ou autonomia sobre o Sistema e não há a possibilidade de alteração de nenhum dos parâmetros preestabelecidos e empregados de forma automática, os quais guardam obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021, ressaltando ainda que o endereço utilizado pelos licitantes no Sistema do Compras.gov.br



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERA
DO MUNICÍPIO



será aquele cadastrado no SICAF, que é o sistema do Governo Federal que permite que os fornecedores se cadastrem para participar de licitações públicas.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, é possível concluir que não assiste razão ao impugnante, opinando esta assessoria pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão para ciência das recomendações postas no presente parecer e manifestação e, após, à Comissão de Pregão II para adoção das providências necessárias ao prosseguimento do feito.

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 06 de Janeiro de 2025.

Amanda Foly Azevedo

Assessor Nível Intermediário de Processos Administrativos

Subprocuradoria de Processos Administrativos

Matrícula nº115.212



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

PE Nº 90.157/2024

Processo Licitatório nº 9.517/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.157/2024, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL, de maneira continuada, para atuar na preparação, organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de recuperação anti-econômica, veículos alienação de bens imóveis e material em geral da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Friburgo, de acordo com art. 31, §1º da Lei nº 14.133/2021, pelo período de 05 (cinco) anos.**

Em cumprimento ao disposto nos termos do artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073, de 30 de setembro de 2022, o Pregoeiro instituído pela Portaria nº 689 de 05 de junho de 2024, desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento da Impugnação interposta **tempestivamente** pelo leiloeiro **HELCIO KRONBERG**, doravante denominado Impugnante, contra os termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.157/2024**, informando o que se segue:

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se o Impugnante contra as especificações técnicas do Termo de Referência, ao alegar que: i.) o critério de desempate previsto na Lei 14.133/2021, art. 60, § 1º, inciso I, se mostra ilegal à medida que vai de encontro ao que prevê o art. 9º, inciso I, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021 e constitui uma medida desarrazoada e desproporcional e que ii.) utilizar como parâmetro para desempate



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

aqueles que tem domicílio e cadastro no SICAF previamente no Município de Nova Friburgo, é restringir a competitividade.

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.

II. DA ANÁLISE TÉCNICA

Considerando que as alegações do Impugnante possuem viés técnico-jurídico, a matéria foi submetida à Procuradoria-Geral para análise e manifestação e, conforme parecer acostado às fls. 15 a 21 do **Processo Administrativo nº 46.998/2024**, a PGM concluiu que não assiste razão ao Impugnante, consignando, em síntese, que:

i.) *“esta assessoria na análise do novo Edital apresentado, fez apontamento para que fosse realizada a inclusão de previsão expressa e detalhada no critério de desempate a ser adotado, qual seja a inadmissibilidade de inscrições suplementares, mantendo-se apenas a inscrição principal ou o endereço cadastrado no sistema do leiloeiro participante. Após tal orientação, foi modificada a redação do item 9.17 “b”, passando a constar que para fins de desempate serão considerados pelo sistema apenas o endereço principal cadastrado no SICAF”;*

ii.) *“não há até o momento notícias de que a inconstitucionalidade alegada pela doutrina será acatada e o dispositivo legal será revogado. Desta forma, até a sua revogação ele pode ser adotado, desde que devidamente detalhado e exposto no Edital. Importante ressaltar que há no modelo disponibilizado pela Advocacia-Geral da União, no item 7.23.2.1 a previsão do critério de desempate por territorialidade”;*

iii.) *“quanto à alegação de que a aplicação do art. 60, § 1º, inciso I vai de encontro ao art. 9º, inciso I, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, assiste razão ao pregoeiro,*



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

tendo em vista que com relação ao critério de desempate deve ser aplicada a regulamentação prevista especificamente na legislação em seu capítulo próprio”;

iv.) “o endereço utilizado pelos licitantes no Sistema do Compras.gov.br será aquele cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que é o sistema do Governo Federal que permite que os fornecedores se cadastrem para participar de licitações públicas. Tal orientação foi firmada no parecer jurídico desta assessoria e visa ao atendimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”;

v.) “não há no Edital a previsão de que somente é possível utilizar como parâmetro para desempate aqueles que têm domicílio e cadastro no SICAF previamente no Município de Nova Friburgo, como afirma o impugnante às fls. 07, mas sim, conforme item 9.17, “b” do Edital, será dada preferência às empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro, sendo considerado para fins de desempate o endereço principal cadastrado no SICAF”.

vi.) E, por fim, que “foi apresentado que o endereço de seu escritório é Rua da Passagem n. 78, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, mesmo endereço que consta em seu Cadastro junto a JUCERJA, entende esta assessoria que não há por parte do impugnante interesse nos fatos impugnados.”

III. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073/2022, subsidiado pela análise técnica da Procuradoria-Geral do Município, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pelo **leiloeiro HELCIO KRONBERG** em referência ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 90.157/2024**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pugnando pela manutenção dos termos do Edital em comento, o qual



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

atende plenamente aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 08 de janeiro de 2025.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula nº 206.870